

Vol. 1, No. 6 (setembro 2026)

REVISTA ATHENA LATINHO-AMERICANA

FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR COM A INCLUSÃO DE AUTISTAS

Teacher Training for Working with the Inclusion of Autistic Individuals

Ariane Antônia Silva Moreti¹

Revista Athena Latino-Americana
DOI: 10.69720/3086-5182.2026.000067
ISSN: [3086-5182](#)

¹Graduação em Geografia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci de Curitiba, Paraná (2012-2016). Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Católico Ítalo Brasileiro de São Paulo (2020-2024). Pós-graduação em Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora pela Secretaria de Educação do Distrito Federal em parceria com o Sebrae-DF (2023-2025); Psicologia Educacional (2017-2018); Educação Especial Inclusiva (2020-2021); Psicopedagogia Clínica e Institucional (2022-2023) e Neuropsicopedagogia (2022-2023) pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci de Curitiba, Paraná. Mestrado em Educação: formação de professores pela Universidad Europea del Atlántico da Espanha (2016-2018).

lattes: <http://lattes.cnpq.br/9900229239861563>

E-mail: ariane.moreti@escola.seduc.pa.gov.br



FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR COM A INCLUSÃO DE AUTISTAS

Ariane Antônia Silva Moreti



PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN
International Standard Serial Number
3086-5182
www.athena-latino-americana.com

Editora e Revista
Athena Latino-Americana
CPF: 639.619.621-20
Naviraí – Mato Grosso do Sul
Rua: Botocudos, 365 – Centro
CEP: 79950-000

RESUMO

O presente artigo busca fazer reflexões sobre a formação de professores para a educação inclusiva. Não se pode negar que a educação inclusiva desafia o profissional da educação a refletir criticamente acerca da sua prática e seu contínuo processo de formação, e lhes causa indagações sobre suas experiências significativas. Portanto, a formação adequada do docente pode lhe possibilitar uma percepção reflexiva, a qual o estimulará a buscar novas competências, para qualificar seu desempenho como mediador da construção do conhecimento, pois trabalhar com alunos como os portadores de Autismo, não é uma tarefa fácil, mas se tiver uma formação adequada, esse trabalho se torna mais fácil. Para realização deste artigo, utilizou-se a pesquisa de cunho bibliográfico, por meio de pesquisas autores com experiências e confiáveis, sites educacionais, teses e dissertações que tratam do assunto em questão, para poder dar um maior respaldo ao trabalho aqui realizado.

Palavras-Chave: Formação de Professores. Educação Inclusiva. Trabalho de Qualidade.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the training of teachers for inclusive education. It cannot be denied that inclusive education challenges the education professional to reflect critically about their practice and its continuous training process, and causes questions about their significant experiences. Therefore, the adequate training of the teacher can enable him to have a reflective perception, which will stimulate him to seek new skills, to qualify his performance as a mediator of the construction of knowledge, since working with students like those with Autism is not an easy task, but if you have adequate training, that job becomes easier. In order to carry out this article, bibliographic research was used, through research with experienced and reliable authors, educational sites, theses and dissertations dealing with the subject in question, in order to give greater support to the work carried out here.

Keywords: Teacher Education. Inclusive education. Quality work.
uma compreensão

1. INTRODUÇÃO

As diferenças presentes no contexto escolar constituem um dos principais desafios para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. No caso dos estudantes com necessidades educacionais específicas, especialmente aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se fundamental que a escola esteja organizada para acolher a diversidade e oferecer condições adequadas de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Nesse contexto, a formação docente assume papel central, uma vez que o professor atua diretamente na organização das práticas pedagógicas e na construção de estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos os estudantes. Para Nóvoa (2022), a formação de professores deve ser compreendida como um processo permanente, articulado às experiências profissionais e aos desafios concretos vivenciados no cotidiano escolar.

A inclusão de estudantes com autismo no ensino regular exige, portanto, mais do que a garantia de matrícula e permanência na escola. É necessário assegurar condições pedagógicas que respeitem as particularidades, os ritmos de aprendizagem e as diferentes formas de comunicação e interação desses estudantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023), o autismo apresenta diferentes manifestações e níveis de suporte, o que exige

individualizada das necessidades de cada pessoa. Dessa maneira, o professor precisa desenvolver conhecimentos e competências que possibilitem a utilização de práticas pedagógicas flexíveis e adequadas às características dos estudantes com TEA. Nesse sentido, a formação continuada dos docentes constitui importante instrumento para fortalecer as práticas inclusivas. A formação não deve limitar-se à transmissão de conhecimentos teóricos sobre o autismo, mas precisa possibilitar ao professor compreender como esses conhecimentos podem ser aplicados no planejamento, na avaliação, na comunicação e na organização das atividades escolares. Segundo Imbernón (2022), a formação continuada precisa estar relacionada aos problemas reais da prática profissional, permitindo que os professores reflitam sobre suas experiências e construam coletivamente alternativas para enfrentar os desafios encontrados no ambiente escolar.

O professor ocupa uma posição fundamental no processo de inclusão, pois suas atitudes, expectativas e escolhas metodológicas podem favorecer ou dificultar a participação do estudante com deficiência ou transtorno no cotidiano escolar. Para Mantoan (2023), a educação inclusiva pressupõe uma transformação da escola e de suas práticas, de

modo que as diferenças não sejam consideradas obstáculos, mas elementos constitutivos da diversidade humana. Assim, o professor precisa superar uma perspectiva baseada na adaptação do estudante ao modelo escolar tradicional e buscar estratégias que permitam à própria escola responder às diferentes necessidades presentes em sua comunidade.

No caso específico dos estudantes com autismo, a preparação docente torna-se ainda mais relevante diante das características heterogêneas do transtorno. Os estudantes com TEA podem apresentar diferentes formas de comunicação, interação social, comportamento, interesses e modos de aprendizagem. Por esse motivo, não existe uma única estratégia pedagógica capaz de atender a todos os estudantes com autismo. Segundo a American Psychiatric Association (2022), o Transtorno do Espectro Autista caracteriza-se por diferenças persistentes na comunicação e interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, com manifestações que variam significativamente entre os indivíduos.

A formação continuada pode contribuir para que o professor desenvolva maior segurança para reconhecer essas diferenças e planejar intervenções pedagógicas mais adequadas. Para Camargo et al. (2020), a inclusão de estudantes com autismo no ensino regular está relacionada não somente à disponibilidade de recursos, mas também à preparação dos profissionais da educação e à construção de práticas que favoreçam a participação efetiva desses estudantes. Dessa forma, investir na formação dos professores significa também investir na qualidade do processo de inclusão escolar.

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da formação continuada de professores que atuam no ensino regular para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas voltadas aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Busca-se compreender de que maneira a preparação profissional pode contribuir para a atuação docente, para a superação de barreiras pedagógicas e para a construção de uma escola que reconheça e valorize a diversidade.

Para a realização deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais, teses e dissertações relacionadas à formação de professores, educação inclusiva e escolarização de estudantes com autismo. De acordo com Gil

(2022), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já publicados e permite ao pesquisador reunir diferentes contribuições teóricas sobre determinado fenômeno. Dessa maneira, a revisão da literatura possibilita compreender as discussões existentes e identificar diferentes perspectivas sobre a formação docente e a inclusão escolar.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, tendo como finalidade analisar a importância da formação continuada de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular. A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir e analisar conhecimentos já produzidos por pesquisadores e estudiosos sobre a temática da formação docente, educação inclusiva e autismo.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e demais produções acadêmicas relacionadas ao objeto de estudo. Segundo Gil (2022), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ter contato com diferentes contribuições teóricas e científicas já produzidas sobre determinado assunto, possibilitando uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado.

Para a realização deste estudo, foram consultadas produções acadêmicas relacionadas à formação continuada de professores, à educação especial na perspectiva inclusiva e à escolarização de estudantes com autismo. A busca e seleção do material bibliográfico consideraram a relevância das publicações para o tema investigado, priorizando estudos científicos e documentos oficiais que contribuíssem para a compreensão dos desafios enfrentados pelos docentes no atendimento aos alunos com TEA.

A metodologia adotada possibilitou reunir diferentes perspectivas teóricas acerca da importância da formação continuada dos professores para a efetivação da educação inclusiva. A partir da análise das obras selecionadas, buscou-se compreender de que maneira a preparação profissional pode contribuir para que os docentes desenvolvam práticas pedagógicas capazes de atender às especificidades dos estudantes com autismo, favorecendo sua participação, aprendizagem e desenvolvimento no ambiente escolar.

A análise do material bibliográfico foi realizada de forma interpretativa, estabelecendo

relações entre os diferentes estudos encontrados e os objetivos propostos neste trabalho. Dessa maneira, a pesquisa não se limitou à apresentação das informações, mas procurou discutir as contribuições dos autores para a compreensão da formação docente e sua relação com a inclusão de alunos com TEA no ensino regular.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Formação Docente na Perspectiva da Inclusão

Segundo Pimenta, Garrido e Moura (2001) a formação de professores tem passado por mudanças com relação aos saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada, saberes de uma militância pedagógica.

Nóvoa (2022) destaca que a formação dos professores precisa estar estreitamente relacionada ao cotidiano das escolas e às experiências concretas vivenciadas pelos profissionais, valorizando a colaboração, a reflexão sobre a prática e a construção coletiva de conhecimentos.

A diversidade presente nas salas de aula exige que o docente esteja preparado para lidar com diferentes ritmos, características e formas de aprendizagem.

Para Imbernón (2022), a formação continuada deve possibilitar ao professor analisar criticamente sua prática, compreender os problemas que surgem no contexto escolar e buscar, de maneira coletiva, alternativas para enfrentá-los. Dessa forma, a formação profissional deixa de ser compreendida como um processo pontual e passa a constituir uma dimensão permanente da carreira docente.

A formação adequada é particularmente importante quando se considera a perspectiva da educação inclusiva. A escola contemporânea deve estar preparada para receber estudantes com diferentes necessidades educacionais, garantindo não apenas seu acesso, mas também sua participação, aprendizagem e desenvolvimento.

Segundo Mantoan (2023), a inclusão escolar pressupõe uma transformação da própria organização da escola, de suas práticas pedagógicas e das concepções relacionadas às diferenças humanas. Assim, não cabe somente ao estudante adaptar-se ao modelo escolar existente; é necessário que a instituição reorganize suas práticas para responder à diversidade de seus alunos.

A formação continuada representa uma importante possibilidade para que os professores desenvolvam conhecimentos e competências

necessários à construção de práticas pedagógicas inclusivas. A formação pode contribuir para que o docente compreenda melhor as especificidades dos estudantes e desenvolva estratégias de ensino mais flexíveis e adequadas.

De acordo com Imbernón (2022), a formação profissional precisa partir das situações reais enfrentadas pelos professores, permitindo que esses profissionais reflitam sobre suas experiências e desenvolvam respostas para os desafios presentes no cotidiano escolar.

A educação inclusiva também desafia o professor a assumir uma postura crítica e reflexiva diante de sua atuação. O docente precisa analisar continuamente suas práticas, identificar barreiras à aprendizagem e buscar alternativas que possibilitem a participação de todos os estudantes.

Para Nóvoa (2022), o desenvolvimento profissional está relacionado à capacidade de refletir sobre a experiência e de construir novos conhecimentos a partir da prática. Portanto, a formação docente deve estimular processos de aprendizagem permanente, nos quais o professor seja compreendido como sujeito ativo de sua própria formação.

No caso dos estudantes com deficiência e, especificamente, dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), essa necessidade torna-se ainda mais evidente. As características apresentadas pelos estudantes com autismo são diversas, podendo envolver diferentes formas de comunicação, interação social, comportamento, interesses e maneiras de aprender.

Conforme a American Psychiatric Association (2022), o Transtorno do Espectro Autista apresenta manifestações heterogêneas, o que significa que os estudantes podem necessitar de diferentes níveis e tipos de suporte. Dessa maneira, não é possível estabelecer uma única metodologia capaz de atender igualmente a todos os alunos com TEA.

Diante dessa diversidade, o professor necessita de conhecimentos que lhe permitam observar as particularidades de cada estudante e organizar situações de aprendizagem que respeitem suas necessidades. A formação continuada pode favorecer esse processo ao possibilitar o contato com conhecimentos científicos, estratégias pedagógicas e experiências de outros profissionais.

Camargo et al. (2020) evidenciam que os professores enfrentam diferentes desafios no processo de escolarização de estudantes com autismo, destacando a importância da formação e do suporte oferecido pela escola para o

desenvolvimento de práticas inclusivas.

Além do conhecimento específico sobre o autismo, é necessário que o professor compreenda os princípios que fundamentam a educação inclusiva. A inclusão não deve ser reduzida à presença física do estudante na sala de aula, mas precisa envolver condições efetivas de participação e aprendizagem.

A Lei Brasileira de Inclusão estabelece a educação como direito da pessoa com deficiência e determina a garantia de condições de acesso, participação, aprendizagem e desenvolvimento em igualdade de oportunidades (BRASIL, 2015). As políticas educacionais brasileiras também apontam para a necessidade de formação e preparação dos profissionais para atender à diversidade.

Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, ainda existem obstáculos para sua efetivação nas escolas. Entre esses desafios encontram-se a insuficiência de formação específica, a falta de recursos pedagógicos, a necessidade de apoio especializado e as dificuldades relacionadas à organização do trabalho escolar.

Camargo et al. (2020) apontam que professores podem apresentar dificuldades diante das demandas específicas relacionadas à escolarização de estudantes com autismo, reforçando a importância de ações de formação continuada e de apoio institucional.

Nóvoa (2022) defende uma concepção de formação vinculada à escola e ao trabalho coletivo dos professores, enquanto Imbernón (2022) enfatiza a importância de processos formativos relacionados aos problemas concretos da prática profissional. Assim, a formação precisa ser acompanhada por políticas institucionais que garantam tempo, recursos e condições adequadas para o desenvolvimento profissional.

A escola, portanto, precisa compreender que a inclusão é uma responsabilidade coletiva. O professor desempenha papel fundamental na mediação da aprendizagem, mas sua atuação precisa estar integrada ao trabalho da gestão escolar, da equipe pedagógica, dos profissionais especializados e da família.

Mantoan (2023) ressalta que a construção de uma escola inclusiva requer mudanças na cultura e nas práticas institucionais, superando modelos educacionais que historicamente separaram os estudantes de acordo com suas características e dificuldades.

A formação docente também pode favorecer uma mudança na maneira como o professor compreende as diferenças. Em vez de

considerar as características do estudante como limitações que impedem a aprendizagem, o professor pode desenvolver uma perspectiva baseada nas potencialidades e nas possibilidades de desenvolvimento. Essa mudança de concepção é essencial para a construção de práticas inclusivas, pois permite que o planejamento pedagógico seja organizado a partir das necessidades e potencialidades concretas de cada estudante.

Ferreira, 2006, defende que a formação docente deve abranger os princípios da inclusão, por todos os profissionais e não apenas por alguns especialistas (2006, p. 58).

Pode-se então perceber que é necessário que se eliminem a formação tradicional, que tem em sua essência princípios baseados na homogeneidade, mas sim buscar uma formação que entenda a diversidade, fazendo com que sua prática atenda às demandas de cada um, com ou sem deficiência.

É imprescindível que a formação de professores assuma de maneira mais consistente a Educação inclusiva, e dessa forma, resgate a sua dívida histórica em relação à educação das pessoas com necessidades educativas especiais, que ao longo da história foi colocada de lado. Santos, citando Bueno enfatiza:

Diante disso fica cada vez mais notório, que o professor como um dos atores desse processo, precisa estar consciente do seu papel social e político, que deve ter início desde a sua formação.

O professor precisa ter uma formação adequada e de qualidade, a fim de ter consciência da sua competência diante da inclusão e de que forma pode-se cobrar dos órgãos públicos o que se propaga na lei.

3.2 Professor Capacitado e Apoiado para Trabalhar com Autistas

Pode-se observar, por parte dos professores e também de outros profissionais envolvidos na educação, grande resistência em aceitar o desafio colocado pelo processo inclusão de alunos autista em sala de aula regular, o que pode ser considerado perfeitamente compreensível, dada à ausência de uma formação para enfrentar essa mudança e esse desafio.

Diante disso temos uma frase de Glat e Oliveira, que mostra exatamente isso que é: “mudar sua forma de ensinar é adaptar o que vai ensinar” (GLAT, OLIVEIRA, 2007).

A formação de educadores para atenderem alunos com necessidades especiais da inclusão no ensino regular, deve dar uma orientação positiva sobre a deficiência, de forma

que permita entender o que podem ajudar muito estes alunos, a formação deve ajudar os educadores a terem habilidades e competências para dominar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, é preciso que estes profissionais possam conviver, discutir e construir práticas e saberes para a inclusão de alunos que estavam anteriormente integrados em classes especiais ou em salas de recursos nas escolas públicas.

A formação do professor frente a inclusão de alunos autistas, merece destaque, tendo em vista ser ele o mediador do conhecimento, e que assim faz o intercâmbio de aprendizagem e a interação. O contexto da Educação inclusiva, baseada em princípios e leis que reconhecem a necessidade de uma educação para todos, deixa bem claro que a renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno com necessidades especiais. Por isso a importância da formação adequada do professor para que o mesmo possa dar a assistência necessária aos alunos.

A efetivação da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende, entre outros fatores, da existência de professores preparados para reconhecer as características individuais de seus alunos e organizar práticas pedagógicas que favoreçam sua participação e aprendizagem.

A formação docente precisa ultrapassar a perspectiva de uma preparação exclusivamente teórica, aproximando-se das situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar.

Para Nóvoa (2022), a formação dos professores deve estar relacionada à realidade das escolas, valorizando a experiência profissional, a reflexão sobre a prática e o trabalho colaborativo entre os docentes.

Não se pode considerar que todos os alunos com TEA possuem as mesmas necessidades ou respondem às mesmas estratégias pedagógicas. A American Psychiatric Association (2022) destaca a heterogeneidade das manifestações do transtorno e a existência de diferentes níveis de necessidade de suporte.

Dessa forma, cabe ao professor observar cada estudante individualmente, identificar suas potencialidades e dificuldades e, a partir dessas informações, planejar estratégias que possibilitem sua participação nas atividades escolares.

Segundo Imbernón (2022), a formação continuada precisa estar relacionada aos desafios concretos enfrentados pelos

profissionais, permitindo que os professores reflitam sobre suas experiências e construam coletivamente novas possibilidades de atuação. Nesse sentido, cursos, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, oficinas e momentos de troca de experiências podem constituir importantes espaços para o desenvolvimento profissional.

Além da capacitação, é fundamental que o professor tenha apoio institucional para desenvolver seu trabalho. A responsabilidade pela inclusão não pode ser atribuída exclusivamente ao docente que atua diretamente com o estudante autista. A equipe gestora, a coordenação pedagógica, os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os demais professores e a família precisam participar da construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento do aluno.

Mantoan (2023) ressalta que a inclusão requer mudanças na organização e na cultura escolar, não sendo suficiente apenas inserir o estudante na sala de aula regular. O apoio oferecido pela escola também deve contemplar condições adequadas de trabalho. Muitas vezes, o professor demonstra interesse em desenvolver práticas inclusivas, mas encontra dificuldades relacionadas à falta de materiais, recursos pedagógicos, profissionais de apoio, tempo para planejamento e oportunidades de formação.

É necessário que as políticas educacionais sejam acompanhadas de ações concretas que proporcionem aos docentes condições para transformar os princípios da inclusão em práticas efetivas.

De acordo com a UNESCO (2020), a construção de sistemas educacionais inclusivos exige a superação de barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto importante refere-se à necessidade de compreender o estudante autista para além de suas dificuldades. Uma prática pedagógica inclusiva deve valorizar suas habilidades, interesses, formas de comunicação e possibilidades de aprendizagem. O professor pode utilizar diferentes recursos e estratégias, como apoio visual, organização da rotina, atividades estruturadas, recursos tecnológicos, instruções objetivas e adaptações metodológicas, sempre considerando as características individuais do estudante. O objetivo não deve ser padronizar a aprendizagem, mas oferecer diferentes caminhos para que o aluno tenha acesso ao conhecimento.

A flexibilização das práticas pedagógicas não significa reduzir as expectativas em relação ao estudante autista.

Pelo contrário, significa criar condições para que ele possa desenvolver suas potencialidades. A educação inclusiva pressupõe que todos os estudantes sejam reconhecidos como sujeitos capazes de aprender, desde que lhes sejam oferecidas condições adequadas de participação.

A Base Nacional Comum Curricular destaca a importância de uma educação comprometida com a equidade e com o desenvolvimento integral dos estudantes, reconhecendo a necessidade de práticas que respeitem suas diferenças e características individuais (BRASIL, 2018).

Capacitar e apoiar o professor significa reconhecer que a inclusão escolar é um processo que exige formação, planejamento, colaboração e compromisso institucional. A formação continuada deve proporcionar conhecimentos sobre o TEA, mas também favorecer o desenvolvimento de competências relacionadas à adaptação curricular, avaliação, comunicação, manejo das situações cotidianas e utilização de diferentes recursos pedagógicos.

Para Nóvoa (2022), a valorização da profissão docente passa pela criação de espaços em que os professores possam aprender com suas experiências e com seus pares, fortalecendo sua autonomia e seu desenvolvimento profissional. Dessa forma, a inclusão de estudantes autistas no ensino regular poderá avançar quando a escola deixar de considerar a formação docente como uma ação isolada e passar a compreendê-la como parte de um projeto institucional. O professor precisa estar preparado, mas também precisa estar acompanhado. A existência de uma rede de apoio, associada à formação continuada e à reorganização das práticas pedagógicas, pode contribuir para a construção de uma escola mais acessível, acolhedora e comprometida com a aprendizagem de todos. Assim, o professor capacitado e apoiado torna-se um importante agente na construção de práticas que respeitem as singularidades dos estudantes com autismo e garantam seu direito à educação com qualidade e equidade.

3.3 Papel da Escola e do Professor na Educação Inclusiva de Autistas

O papel do professor mudou consideravelmente, antes ele era tido apenas como um transmissor de conhecimento, mas atualmente seu papel tem se intensificado e ele passou a ser tido como um formador, não só na questão educacional, mas formação do cidadão como um todo. Isso deve ser realizado na questão da inclusão, pois se o professor passar esse conceito de inclusão sem preconceito e

com aceitação do outro, o ambiente escolar será um local de inclusão de verdade.

As escolas adotavam a linha tradicional e acreditavam que a formação de um aluno crítico e criativo dependia somente das informações que eram repassadas. Não dando assim lugar para o aluno atuar, agir ou reagir de forma individual. Também não se tinham atividades práticas que permitiam aos alunos inquirir, criar e construir. As aulas eram realizadas de forma expositiva, por meio de teoria e exercícios sistematizados para a memorização.

Neste contexto o professor era visto como o guia do processo educativo e exercendo uma espécie de “poder”. O professor tinha a função de transmitir conhecimento e informações, mantendo certa distância dos alunos, que eram “elementos passivos”, em sala de aula.

Porém, com o passar dos tempos esse papel foi mudando e criando um novo contexto, o professor neste novo contexto tem se tornado um facilitador da aprendizagem, priorizando o desenvolvimento psicológico e a auto realização do educando, agora agente ativo, criativo e participativo no ensino aprendizagem.

É de grande relevância que ajam mudanças no contexto educacional e na forma de ensinar, já não se pode mais gerir uma sala de aula tendo o professor como detentor de todo o saber, é preciso dar voz aos alunos deixando-os participar do processo educativo. Pois, a aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido por meio da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Portanto, aprender é decorrência da interação entre educadores e educandos.

Para conseguir acolher os alunos, a escola precisa ter consciência de que não se deve mudar o aluno e sim mudar a si mesma, ou seja, a instituição precisa adaptar-se ao aluno, é preciso que haja mudanças na proposta pedagógica buscando a possibilidade de trabalho de forma a melhorar a aprendizagem dos alunos.

O professor precisa ser antes de tudo, um preparador emocional, é claro que não existem fórmulas mágicas, que irão resolver todas as dificuldades somente por meio da afetividade e do carinho, mas com certeza será de grande ajuda. O educador deve ter consciência e ser alertado da importância de um preparo emocional além de sempre buscar o aprimoramento e a atualização na sua área. Sentimentos e afetividade na Educação são temas que deveriam ser mais investigados e

debatidos, a fim de ajudar no melhoramento do ensino e na formação do ser humano.

Quando o professor consegue estabelecer uma relação afetiva com seus alunos, eles conseguiram atingir um pleno desenvolvimento educacional, pois todas as crianças, precisam de atenção, amor, carinho e afeto, e cabe ao educador proporcionar isso dentro da sala de aula, desta forma o aprendizado pode ser alcançado em sua totalidade.

Portanto é necessário que os educadores tomem consciência desta evidência e busquem cada vez mais realizar seu trabalho de amor e transmitindo amor e afeto aos seus alunos. Pois ser professor é mais que ser um transmissor de conhecimento, ser professor é um ato de amor e dedicação.

O professor é um profissional que deve assumir um padrão ético, e que procure dar exemplos para seus educandos e para a sociedade de um modo geral. O professor deve demonstrar ter conhecimento da importância da perspectiva de ética como profissional, e que seu papel implica um compromisso com a justiça social, e com a formação de novas gerações que sejam também portadoras de ética e moral.

O educador deve possuir um senso de entendimento de que é um norteador do processo de ensino aprendizagem e serve de inspiração de procedimentos sócio morais positivos. E portanto, tem que ter ética profissional e também em sua vida social, na escola, com os alunos, com os colegas, e com todos que os cercam. Cabe ao professor a responsabilidade de ajudar a formar no educando o senso de ética e moral, formando-os para se tornarem cidadão comprometidos com a vida em sociedade. O professor na sociedade contemporânea tem um papel que vai além do simples transmissor de conteúdos, ele tem um papel de formador tanto no âmbito educacional quanto no social. Ele tem se tornado responsável pela formação de cidadãos críticos e conscientes que sejam capazes de participar da vida em sociedade. Isso cabe também na sala de aula, o professor pode fazer com que os educandos recebam e convivam com os alunos especiais, sem nenhum tipo de restrição ou preconceito.

É preciso construir e por em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum ou válida para todos os alunos da classe escolar, e que ao mesmo tempo seja capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada.

(BEYER 2006, p. 76).

Não é tarefa fácil derrubar os paradigmas de preconceitos existentes até mesmo no ambiente escolar, mas é necessário que estes sejam quebrados e que escola e educadores passem para comunidade o quanto é importante que o preconceito deixe de existir e que todos sejam tratador de forma igualitária e com os mesmos direitos. A escola deve fazer com que a Inclusão ocorra, de forma a garantir o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

É importante que professores participem de grupos de estudos sobre o tema inclusão, e vale ressaltar que zelar pela aprendizagem e pela socialização das crianças que necessitam de atendimento especial não é responsabilidade exclusiva do professor, mas de toda equipe pedagógica da escola, que buscam juntos superar estes preconceitos e resgatar um ensino de qualidade a todos os educandos sem qualquer tipo de discriminação.

No atual contexto da educação brasileira, cresce a importância de se analisar todo o contexto sócio-político e econômico, a educação deve ser um espaço pelo qual educandos e educandas se apropriam do conhecimento historicamente acumulado, tendo como ponto de partida a prática social concreta e a realidade onde ela acontece, objetivando a humanização e a viabilização da convivência justa, solidária e sustentável.

A inclusão escolar por meio das leis prega que todos tem direito a uma educação de qualidade. A dignidade, os direitos individuais e coletivos devem ser garantidos.

A escola é um ambiente que deve ter por base a igualdade e o respeito a todos. A escola por meio de seus educadores deve buscar formar cidadãos conscientes e livres. O desenvolvimento humano é compreendido através de trocas recíprocas que estabelecem durante toda a vida, entre indivíduos e o meio histórico cultural. É entendido assim como um ser em permanente construção, que vai se construindo no espaço social e no termo histórico.

4. CONCLUSÃO

A formação de educadores é essencial para a construção de uma escola inclusiva, capaz de valorizar a diversidade e garantir oportunidades de aprendizagem e participação para todos os estudantes. No decorrer deste estudo, foi possível compreender que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não depende somente da presença desses

estudantes na escola regular, mas exige mudanças nas práticas pedagógicas, na organização institucional e, principalmente, na preparação dos profissionais responsáveis pelo processo educativo.

Os cursos de formação inicial e continuada precisam proporcionar aos professores conhecimentos teóricos e práticos sobre a educação inclusiva e sobre as especificidades dos estudantes com autismo. Conforme Nóvoa (2022), a formação docente deve estar articulada às experiências vivenciadas pelos professores e aos desafios concretos encontrados no cotidiano escolar. Dessa maneira, a formação deixa de ser compreendida como um momento isolado e passa a constituir um processo permanente de aprendizagem, reflexão e aperfeiçoamento profissional.

Percebe-se que uma formação adequada pode contribuir para a melhoria do sistema educacional, uma vez que professores mais preparados apresentam melhores condições para planejar, desenvolver e avaliar práticas pedagógicas que considerem as características individuais dos estudantes. No caso dos alunos com TEA, esse conhecimento é particularmente importante, considerando que as manifestações do autismo são diversificadas e que cada estudante pode apresentar diferentes necessidades de apoio.

A formação continuada também possibilita que o professor reflita sobre suas próprias práticas e identifique possíveis barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos estudantes. Não basta oferecer informações sobre inclusão; é necessário criar espaços nos quais os professores possam discutir suas experiências, compartilhar dificuldades e construir estratégias pedagógicas adequadas.

Outro aspecto evidenciado é que a responsabilidade pela inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor. A escola precisa oferecer condições institucionais para que o trabalho inclusivo seja desenvolvido, envolvendo equipe gestora, coordenação pedagógica, professores, profissionais do Atendimento Educacional Especializado, família e demais integrantes da comunidade escolar.

A formação docente deve contemplar não apenas a melhoria dos conhecimentos teóricos, mas também sua articulação com a prática. É necessário que o professor tenha condições de transformar os conhecimentos adquiridos em ações pedagógicas concretas, utilizando diferentes estratégias, recursos e

metodologias que favoreçam a aprendizagem dos estudantes com autismo. A flexibilização das práticas, a utilização de recursos visuais, a organização das rotinas, a adaptação das atividades e a valorização das diferentes formas de comunicação podem contribuir para ampliar a participação dos alunos no processo educativo.

A pesquisa bibliográfica realizada permitiu identificar que ainda existem desafios relacionados à preparação dos professores para trabalhar com estudantes autistas no ensino regular. Entre esses desafios destacam-se a insuficiência de formação específica, a falta de recursos pedagógicos, a necessidade de apoio especializado e as dificuldades encontradas para adaptar as práticas às necessidades individuais dos alunos. Entretanto, esses obstáculos não devem ser utilizados como justificativa para limitar o direito à inclusão, mas como elementos que precisam ser considerados na elaboração de políticas públicas e programas de formação docente.

Investir na formação dos professores significa investir também na qualidade da educação oferecida aos estudantes. Um professor que possui conhecimentos sobre inclusão e que recebe apoio para desenvolver seu trabalho apresenta melhores condições para construir um ambiente pedagógico acolhedor, democrático e favorável à aprendizagem. É por meio da formação continuada, do trabalho coletivo, do apoio institucional e do compromisso com uma educação de qualidade que será possível avançar na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e na garantia dos direitos educacionais dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

5. REFERENCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BEYER, H. O. **Da integração escolar à educação inclusiva: implicações pedagógicas**. In: BAPTISTA, C. R. (Org.) *Inclusão e Escolarização: múltiplas perspectivas*. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73 -81.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 1999.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 2020.

CARTOLANO, M. T. P. **Formação do educador no curso de Pedagogia. A educação especial**. Caderno Cedes, Campinas, v. 19, n. 46, set. 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca**. In: **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. David Rodrigues (Org.). São Paulo: Summus, 2006. p. 212-236.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. (Questões Atuais em Educação Especial).

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2023.

MITTLER Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed 2003.

NÓVOA, António. **Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar**. Salvador: EDUFBA, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Autism**. Geneva: World Health Organization, 2023.